



LEI COMPLEMENTAR Nº 138

de 16 de julho de 2010

Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação para os servidores do Poder Executivo, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º..

Fica concedido, pelo prazo de doze meses, o auxílio-alimentação, por dia trabalhado, aos servidores municipais ativos, em exercício nos órgãos da Administração Direta, nas Entidades Fundacionais e Autárquica do Poder Executivo.

1º

A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

2º

O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição Federal fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção.

3º

O servidor contratado por prazo determinado fará jus ao auxílio-alimentação, caso tenha período de contrato igual ou superior a seis meses, na proporção de um doze avos por mês.

4º

Excluem-se do auxílio concedido, os servidores que exercem cargos de provimento em comissão.

Art. 2º..

O valor individual do auxílio-alimentação será concedido nas seguintes condições:

I.

R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os servidores que ocupam cargos que exigem nível fundamental para o seu exercício;

II.

R\$ 100,00 (cem reais) para os servidores que ocupam cargos que exigem nível médio para o seu exercício ou que exercem o cargo de Profissional de Educação sem a habilitação de licenciatura plena;

III.

R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para os servidores que ocupam cargos que exigem nível superior para o seu exercício ou para os servidores que ocupam cargos de Profissional de Educação e de Especialista de Educação.

Art. 3º..

O auxílio-alimentação não:

I.

será incorporado ao vencimento, ao subsídio, à remuneração ou para fins de cálculo de provento ou pensão;

II.

será incorporado ao rendimento tributável;

III.

sofrerá incidência de contribuição para a previdência social ou para o plano de assistência à saúde.

Parágrafo único .

O auxílio-alimentação é inacumulável com outros benefícios ou vantagens semelhantes, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 4º..

Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de vinte e dois dias.

1º

Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede.

2º

As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas pagas nos finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no caput deste artigo.

Art. 5º..

O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem.

Art. 6º..

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por doze meses, bolsa alimentação aos aposentados e pensionistas do Poder Executivo e do Regime Próprio de Previdência do Município que não tenham recebido qualquer reajuste salarial vigente no exercício de 2010, de conformidade com os índices e valores fixados no art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 7º..

Os vencimentos das classes A, nível I, das Tabelas "A", do Anexo I, e "I", do Anexo IV, da Lei Complementar nº 126, de 29 de julho de 2009, passam a vigorar com o valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), aplicado aos demais vencimentos desse nível o interstício entre classes, vigente na data da publicação desta Lei Complementar.

ANEXO I
LEI COMPLEMENTAR Nº. 089/2.005
VENCIMENTOS DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS

TABELA A: GERAL						
CLASSE	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V	NÍVEL VI
<i>A</i>	<i>510,00</i>	<i>525,31</i>	<i>545,14</i>	<i>584,79</i>	<i>796,30</i>	<i>1592,59</i>
<i>B</i>	<i>520,35</i>	<i>551,58</i>	<i>572,38</i>	<i>614,03</i>	<i>836,11</i>	<i>1672,22</i>
<i>C</i>	<i>546,38</i>	<i>579,15</i>	<i>601,00</i>	<i>644,73</i>	<i>877,91</i>	<i>1755,82</i>
<i>D</i>	<i>573,70</i>	<i>608,11</i>	<i>631,06</i>	<i>676,96</i>	<i>921,81</i>	<i>1843,61</i>
<i>E</i>	<i>602,38</i>	<i>638,51</i>	<i>662,62</i>	<i>710,80</i>	<i>967,90</i>	<i>1935,80</i>
<i>F</i>	<i>632,50</i>	<i>670,43</i>	<i>695,75</i>	<i>746,35</i>	<i>1016,29</i>	<i>2032,59</i>
<i>G</i>	<i>664,12</i>	<i>703,96</i>	<i>730,53</i>	<i>783,66</i>	<i>1067,10</i>	<i>2134,21</i>

~~**ANEXO IV**~~
~~**LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2009**~~
~~**tabela i: trabalhadores em educação**~~

classe	nível-i	nível-ii	nível-iii	nível-iv	nível-v
<i>A</i>	<i>510,00</i>	<i>525,33</i>	<i>545,14</i>	<i>584,79</i>	<i>796,30</i>
<i>B</i>	<i>520,38</i>	<i>551,59</i>	<i>572,39</i>	<i>614,03</i>	<i>836,11</i>
<i>C</i>	<i>546,39</i>	<i>579,17</i>	<i>601,01</i>	<i>644,73</i>	<i>877,92</i>
<i>D</i>	<i>573,71</i>	<i>608,13</i>	<i>631,07</i>	<i>676,97</i>	<i>921,81</i>
<i>E</i>	<i>602,38</i>	<i>638,53</i>	<i>662,63</i>	<i>710,81</i>	<i>967,90</i>
<i>F</i>	<i>632,51</i>	<i>670,46</i>	<i>695,76</i>	<i>746,35</i>	<i>1.016,29</i>
<i>G</i>	<i>664,12</i>	<i>703,97</i>	<i>730,54</i>	<i>783,68</i>	<i>1.067,11</i>

~~*(REVOGADO)*~~

Art. 8º..

O vencimento da classe A, nível I, da Tabela "D" - Profissional de Educação, passa a vigorar com o valor de R\$ 1.005,00 (um mil e cinco reais), aplicado aos demais vencimentos desse nível o interstício entre classes, vigente na data da publicação desta Lei Complementar.

- TABELA D: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO 20h

CLASSE	índice	PI = 1,00	PII = 1,25	PIII = 1,60	PIV = 2,00
A	1,00	1.005,00	1.250,00	1.600,00	2.000,00
B	1,07	1.070,00	1.337,50	1.712,00	2.140,00
C	1,14	1.140,00	1.425,00	1.824,00	2.280,00
D	1,21	1.210,00	1.512,50	1.936,00	2.420,00
E	1,28	1.280,00	1.600,00	2.048,00	2.560,00
F	1,35	1.350,00	1.687,50	2.160,00	2.700,00

Art. 9º..

O vencimento da classe A, nível I, da Tabela "E" - Especialista de Educação, passa a vigorar com o valor de R\$ 2.010,00 (dois mil e dez reais), aplicado aos demais vencimentos desse nível o interstício entre classes, vigente na data da publicação desta Lei Complementar.

TABELA E: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO 40h

CLASSE	índice	PI = 1,00	PII = 1,25	PIII = 1,60	PIV = 2,00
A	1,00	2.010,00	2.500,00	3.200,00	4.000,00
B	1,07	2.140,00	2.675,00	3.424,00	4.280,00
C	1,14	2.280,00	2.850,00	3.648,00	4.560,00
D	1,21	2.420,00	3.025,00	3.872,00	4.840,00
E	1,28	2.560,00	3.200,00	4.096,00	5.120,00
F	1,35	2.700,00	3.375,00	4.320,00	5.400,00

Art. 10.

Os artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 036, de 24 de dezembro de 1999, e alterados pelas Leis Complementares nº 089, de 21 de dezembro de 2005, e nº 126, de 29 de julho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

Parágrafo único .

O vencimento dos Profissionais de Educação sem a habilitação de licenciatura plena passa a corresponder a 66,67% (sessenta e seis inteiros e sessenta e sete décimos por cento) incidente sobre o vencimento do Profissional de Educação, nível I, classe A, da Tabela "D".

Art. 9º..

As classes constituem a linha de promoção funcional dos membros da carreira do Magistério Municipal, sendo designadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G e H, com os seguintes coeficientes, incidindo sobre o vencimento da classe A do respectivo nível:

a).

b).

c).

d).

e).

f). classe G, coeficiente 1,48;

g).

classe H, coeficiente 1,61.

Art. 11.

Será concedido o percentual de 8% (oito por cento), a título de adicional de incentivo à capacitação, instituído no art. 62 da Lei Complementar nº 089, de 21 de dezembro de 2005, aos servidores municipais que concluíram, com aproveitamento, o curso "Profucionário" do Programa Nacional da Valorização dos Trabalhadores em Educação.

Parágrafo único .

O percentual concedido se acresce ao índice que estiver sendo percebido por servidores beneficiados com a vantagem de que trata este artigo.

Art. 12.

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Corumbá, de que trata a Lei Complementar nº 087, de 23 de novembro de 2005, passa a ser identificado como "Regime Jurídico Próprio e Único de Previdência Social", de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição dos entes públicos e dos servidores efetivos, ativos e inativos, e dos pensionistas, observados os critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

1º

O Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Corumbá - FUNPREV, com a finalidade de arrecadar, assegurar e administrar recursos financeiros e outros ativos para o custeio dos proventos de aposentadoria, das pensões e de outros benefícios passará a operar como sistema unificado de pagamento dos benefícios previdenciários concedidos e a conceder aos servidores efetivos e seus dependentes pelo Município de Corumbá.

2º

Ao Município de Corumbá compete responder solidariamente pelas obrigações assumidas pelo Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Corumbá - FUNPREV, com relação aos servidores estatutários, ativos e inativos, bem como seus dependentes.

Art. 13. (V E T A D O)

Art. 14.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de junho de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ EM 16 DE JULHO DE 2010

RUITER CUNHA DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em